

A Experiência Transamazônica: nordestinos e o plano nacional de integração

M. M. M. Braga¹

¹Instituto de Estudo do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – IETU/UNIFESSPA.
CEP: 68555011, Xinguara- PA, Brasil.

magnomichellmarcalbraga@gmail.com

(Recebido em 25 de agosto de 2014; aceito em 27 de novembro de 2014)

Resumo: A Rodovia Transamazônica evoca discursos múltiplos acerca de sua viabilidade socioeconômica no curso da História recente brasileira. A fim de compreender como esses discursos são construídos e reconstruídos, seja na mídia de massa ou na memória dos que participaram ativamente da implantação do projeto estatal, buscamos, a partir dos métodos da História oral, compreender os percursos traçados ao longo da construção destas representações. Assentamos nossa análise nos caminhos abertos por Orlandi [1], Delgado [2] e Montenegro [3,4]. As vozes dos trabalhadores são tomadas, juntamente com matérias jornalísticas, como fontes para interpretação do processo histórico desenvolvido a partir do ano de 1970, sob a égide do regime ditatorial brasileiro (1964-1985) e que teve como um de seus principais projetos a Construção da Rodovia Transamazônica, inserida no Plano de Integração Nacional (PIN). Tal projeto consistia na construção de uma grande rodovia que cortaria o Brasil no sentido leste-oeste, integrando a região amazônica ao resto do país e promovendo uma grande migração dirigida para mesma. Alardeada nas manchetes de jornais como “redenção do povo nordestino”, e apresentando-se como o paradigma “homens sem terra para terra sem homens” a grande rodovia é alvo de uma série de trabalhos que buscam o entendimento dos motivos e das consequências do projeto.

Palavras-chave: Transamazônica; Memória; Nordestinos

The Trans-Amazon Experience: Northeastern and national integration plan

Abstract: The Trans-Amazon Highway evokes multiple speeches about their socio-economic viability in the course of recent Brazilian history. In order to understand how these discourses are constructed and reconstructed, either in the mass media or in memory of those who actively participated in the implementation of the state project, we search from the methods of oral history, to understand the path traced out during the construction of these representations. Our analysis we rely on the methodology proposed Orlandi [1], Delgado [2] and Montenegro [3,4]. The voices of workers are taken, along with newspaper articles as sources for interpretation of the historical process developed from the year 1970, under the auspices of the Brazilian dictatorship (1964-1985) and had as one of its main projects Construction the Trans-Amazon Highway, inserted in the National Integration Plan (PIN). This project consisted of the construction of a major highway in Brazil that cut the east-west direction, integrating the Amazon region to the rest of the country and promoting a major migration directed to same. Trumpeted in newspaper headlines as "redemption of the northeastern people", and presenting itself as the paradigm "land without men for men without land" the great highway is the target of a series of works that seek understanding of the reasons and consequences of project.

Keywords: Trans-Amazon; memory; northeastern.

1. TRAÇANDO O CAMINHO

Este trabalho pretende entender como se desenvolveu parte do processo histórico, vivenciado durante o regime ditatorial de 1964 a 1985, que teve como um de seus principais projetos para o país a construção da Rodovia Transamazônica, em 1970, atrelada a um projeto de migração em massa, direcionando habitantes pobres de diversas regiões (principalmente do Nordeste) do país para o Norte.

O Plano de Integração Nacional (PIN), foi instituído através do Decreto-lei nº 1.106 de 16 de junho de 1970 e tinha como proposta “promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM” [5], para tanto previa em seu artigo segundo: “A primeira etapa do Programa de Integração Nacional será constituída

pela construção imediata das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém [5]. O Inciso primeiro do artigo segundo apresentava a diretriz que se tornou *slogam* do governo federal [5]:

§ 1º Será reservada, para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra e adequada e produtiva exploração econômica.

A promessa de reforma agrária, associada ao projeto de construção da Transamazônica, contou com grande aparato midiático a fim de construir e solidificar a representação do projeto como ponto alto do governo e “redenção do povo nordestino” (Braga, p. 111 [6]). Assim, o Estado brasileiro reuniu esforços no sentido de garantir que a Rodovia Transamazônica fosse dada como saída para dois problemas enfrentados no período: i) A tensão social gerada pela concentração fundiária e a consequente pobreza de grande parte da população nordestina (situação agravada pela grande seca de 1970) . ii) A integração socioeconômica da região Norte ao resto do Brasil.

A fim de questionar uma História já contada a partir de narrativas que partiram dos interesses dos agentes que exerciam o poder político-econômico nacional, propomos a utilização do método da História Oral, juntamente com a análise do que era produzido pela grande mídia da época, neste caso, a mídia impressa. Nossa missão pode ser resumida nas palavras de Le Goff:

Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários de sua objetividade científica. (Le Goff, p. 471 [7]).

Segundo Claude Lévi-Strauss a palavra “parece favorecer a exploração dos homens, antes da sua iluminação” (Lévi-Strauss *apud* Brandão, p. 4 [8]). Ou seja, o controle da palavra é uma das chaves do exercício do poder e, assim, poderá tornar-se também a chave para sublevação dos dominados. Uma História que permita a exposição de suas representações acerca dos processos históricos vividos é capaz de se tornar “antídoto do esquecimento” (Delgado, p. 20 [2]). Neste sentido, “Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas” (Le Goff, p. 422 [7]). A afirmação de Jaques Le Goff evoca a discussão sobre o risco que as sociedades correm ao permitir que uma única versão de sua História seja contada.

Tomemos então, os casos dos trabalhadores nordestinos que migraram para a região amazônica a partir de 1970, em virtude da construção da *faraônica* Rodovia Transamazônica, iniciada (e nunca terminada) no auge da Ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985).

Tratar daqueles que migraram em direção ao trecho da rodovia, localizado nos limites do estado do Pará, pode ajudar a entender um importante período da História brasileira e de seu povo. Como suas memórias são produto do conjunto das experiências vividas por décadas, sendo assim formuladas e reformuladas ao longo dos anos, torna-se imperativo entender os percursos traçados nesse processo.

Em especial, o público alvo do projeto político denominado Plano de Integração Nacional (PIN) eram os trabalhadores “flagelados” da seca nordestina (Silva, p. 35 [9]). Segundo o governo federal, a Rodovia Transamazônica resultaria em “um vasto programa de deslocamento de trabalhadores dos sertões semiáridos, visando sua adequada fixação em extensas e férteis áreas” (2008, p. 35) da região amazônica.

A partir de Foucault (2008) afirmamos que os espaços sociais encontrados pelos migrantes e, posteriormente, reconstruídos por eles, podem ser entendidos como uma espécie de gládio constante entre esferas de poder. Essas relações de poder se apresentam também nas tentativas de produção e de fixação das representações construídas por aqueles que exerceram o poder político-econômico, visando à incorporação dessas representações por indivíduos e grupos que passam a reivindicar seu controle.

Estamos afirmando que grupos de maior poderio podem produzir intencionalmente discursos e representações que, mais tarde, serão ou não tidas, por grupos alheios à esfera do poder, como suas, justificando a condição de dominadores e dominados. Contudo, seria demasiado creditar as formas como grupos criam e reproduzem representações de si mesmos apenas às configurações pré-concebidas externamente a esses grupos. Chartier [10] vai além e nos diz que a apropriação das representações só pode ser estudada se recusarmos a

[...] dependência que relaciona as diferenças nos hábitos culturais a posições sociais dadas *a priori*, seja em escala de contrastes macroscópicos (entre elites e o povo, entre dominadores e dominados), seja na escala de diferenciações de escalas menores (por exemplo, entre os grupos sociais hierarquizados pelos níveis de fortuna e atividades profissionais) (Chartier, p. 68 [10]).

Aqueles que de longe do poder o observam, constroem suas próprias representações e as modificam ao longo de suas vidas, dando forma às suas memórias individuais e coletivas.

Não seria diferente no caso dos trabalhadores migrantes da Rodovia Transamazônica. Vejamos como o Seu Adelson vê o período em que sua família optou por migrar para a região da Transamazônica em busca de lotes para produção e subsistência da família: “*Os trabalhadores começaram a ver que tinha alguma coisa errada, e aí, este mesmo governo que, que trouxe a gente, nos abandonou né [...]o abandono em si é desde cedo*”¹.

O tom de crítica emanado do discurso de Seu Adelson nos parece fruto de anos de luta e organização dos trabalhadores da região, constituindo-se a partir do que Orlandi [1] define como interdiscurso, que neste caso, resulta da vivência no movimento social em que seu Adelson está inserido há anos. O Fato de ser membro de uma organização política de trabalhadores rurais aponta, como veremos, para essa inclinação politizada de seu discurso.

A Construção da memória de seu Adelson, certamente mantém o elo indissociável entre o passado e o presente, sendo fruto de um longo processo de reformulação ao longo de anos, novas conjunturas políticas, sociais, econômicas, além de um conjunto de experiências individuais e coletivas que pesam no olhar crítico apresentado.

A memória está em constante reconstrução a partir do sujeito que rememora, nesse sentido, o *bombardeio* de discursos emitidos a partir dos centros de poder político-econômico (Estado e mídia), assim como as experiências individuais e coletivas também produzem consequências na construção das representações construídas pelos trabalhadores migrantes. Vejamos como isso se dá no seu relato. Pontuaremos, aqui, o processo de construção da identidade coletiva.

As estradas, péssimas. Nós vivemos... Assim, um período de desgraça mesmo, muito feio [...] por muito tempo que é... os nossos pais se juntavam os colonos tudo e ia arrumar a estrada, ajeitar... Tinha o igarapé, aí eles cortavam o pau, colocava pra passar o carro, tapava os buracos, isso no machado e na enxada, né? E a gente entendia que aquilo era função deles mesmo. Já pensou cuidar de sete quilômetros de vicinal? [...] era uma situação escrota mesmo viu? Literalmente falando. Aí... Depois melhorou também um pouco. Porque chegou um período que.. que num tinha pra onde a gente ir mais, né? Aí... Inclusive essa instituição aqui (ONG) é uma das que faz vinte anos agora em agosto que a gente criou esse movimento chamado Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, né? Que foi lutar por crédito, por escola, por saúde, por tudo. [...] quem entra, quem faz ali o primeiro processo de organização assim, muito pegando a via religiosa era a igreja né? Que era a Comunidade

¹ Entrevista realizada em Fevereiro de 2011, na cidade de Altamira-PA. Todas as entrevistas obtiveram autorização para sua utilização, no entanto utilizaremos apenas um nome para identificá-los [11].

Eclesial de Base né? Que era nessas Comunidade Eclesial de Base que a gente começou a despertar de nossos direitos, que a gente tinha, né?²

Partindo do princípio de que “não há discurso que não se relacione com outros [...] um discurso aponta para outros que o sustentam. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo” (Orlandi, p. 39 [1]), ou seja, o que Seu Adelson constrói discursivamente como memória tem relações umbilicais com as experiências passadas e com a expectativa de futuro.

Podemos compreender o processo pelo qual as experiências, enquanto colono migrante e nordestino, foram sendo (re)significadas por Seu Adelson ao longo de sua permanência na região destinada ao projeto de colonização da Transamazônica. As experiências individuais eram compartilhadas e, a partir da percepção coletiva de que a maioria os colonos passavam pela mesma situação de abandono, emerge uma consciência de classe e uma identidade coletiva. Ao sinalizar que “a gente entendia que aquilo era função deles” Seu Adelson nos aponta para os caminhos percorridos por sua memória que foi se “atualizando” na medida em que novas experiências eram vivenciadas.

Esse processo leva os trabalhadores a (re)significarem as representações impostas pelo círculo de poder e questioná-las. Ao rememorar, Seu Adelson materializa o que Lucília Delgado chama de “incomensuráveis potencialidades (da memória), destacando o fato de trazerem consigo a forte marca dos elementos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder” (Delgado, p. 18 [2]).

Assim, a partir dos encontros com outros trabalhadores e do compartilhamento de suas experiências nos espaços promovidos pela Igreja Católica, através da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), o processo de reflexão sobre a realidade social de cada um acabava por direcionar o foco na coletividade. Quanto a essa influência das CEB's, e da Igreja Católica, na organização dos trabalhadores rurais, D. Pedro Casaldáliga afirmava:

O nosso trabalho basicamente é conscientizar, conscientizar, conscientizar. Também denunciar, denunciar, denunciar e, sobretudo, estimular a organização do povo, as reivindicações em nível nacional, internacional ou local. Cada vez mais se está vendo que há soluções locais.³

O amadurecimento dessa identidade coletiva foi responsável pela organização dos trabalhadores, os quais passaram a se identificar em torno de suas demandas e conseguiram a tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região de Altamira e a posterior criação da **Fundação Viver, Produzir e preservar**: Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, entidade, que até hoje promove capacitações e discussões acerca das demandas locais. Por sua vez, esses atos “fazem reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. (Chartier, p. 73 [10]).

2. Mudança de tempo e formas de falar

O discurso da mídia, que reivindica o status de informação/comunicação [13], também pode ser alvo de análises que possam lançar luz sobre o processo histórico abordado. Ao analisarmos todas as edições do Jornal *O Liberal* entre meados de 1970 e 1974, concluímos que havia um alinhamento do periódico com o discurso do principal centro de poder político, o Estado.

Para se entender como a Transamazônica foi noticiada nos jornais brasileiros é importante saber que, segundo o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG): “característica importante da comunicação de massa e social sob o ponto de vista do poder é que seus meios

² Entrevista realizada em Fevereiro de 2011, na cidade de Altamira-PA [11].

³ Entrevista dada ao Jornal do Magistrado edição de outubro a novembro de 2003 [12].

não só influenciam a ordem política, econômica, social e militar em que atuam como também, são influenciados por ela”. (Menezes, p. 40 [14]).

Fica posto que, para a Escola Superior de Guerra, a relação entre Estado e mídia é ambígua. Assim, Para compreender como se exerce o poder da mídia se faz necessário entender como se constituem as disputas de poder que envolvem a construção dos textos jornalísticos e refletir sobre as circunstâncias da produção destes textos. Nesse sentido separamos dois fragmentos de textos publicados pelo *O Liberal*, em períodos diferentes.

Tendo a ideia de manchete como ferramenta midiática que “funcionando como anúncios sugestivos semelhantes aos *slogans* publicitários, são destinadas a desencadear uma atividade de decifração, isto é, de inteligibilidade” (Charaudeau, p. 114 [13]), utilizaremos duas manchetes veiculadas pelo mesmo jornal a fim de exemplificar rapidamente como as condições políticas do país parecem ter tido influência direta nas formas como se forjaram as representações da Transamazônica nos textos jornalísticos.

1- “TRANSAMAZÔNICA ATÉ 1972”, essa foi a manchete noticiada no jornal *O Liberal*, em três de agosto de 1971. Um ano após o início da obra, o editorial do jornal noticiava que:

Até o fim deste ano, sete mil colonos do Nordeste e das regiões do centro-sul do país estarão instalados com suas famílias nos trechos cortados pela Rodovia Transamazônica, no estado do Pará [...] O organismo (INCRA), no momento está tomando providências, construindo novas agrovilas em Marabá e Altamira, enquanto que em Itaituba foram recentemente construídas duas vilas agrícolas destinadas ao amparo dos colonos. (*O Liberal*, 03/08/1971) [15]

Neste caso, o texto jornalístico (que autodenomina informativo) evoca o discurso de determinados grupos com interesses específicos e muitas vezes, contrastantes com os interesses da população em geral. Mais de um ano após o início das obras opta-se por *informar* aos leitores sobre o que estava sendo entregue ao invés de *informar* sobre denúncias de não cumprimento de promessas ou sobre críticas em relação à viabilidade socioambiental do empreendimento. Observa-se uma sintonia entre os discursos oficiais, proferidos pelos representantes do Estado e aquele veiculado pelo jornal, demonstrando certo grau de otimismo em relação aos objetivos traçados. Apontamos para o fato de que 1971 foi um ano marcado pelo alto controle da mídia exercido por parte do governo federal, por meio dos agentes da censura. Neste sentido, a consonância de ideias propagadas a partir de centros do governo e da mídia pode ser atribuída a uma aproximação desejada, em função dos benefícios financeiros advindos do alinhamento com o Estado e/ou pela aproximação forçada pelo contexto ditatorial.

É importante ressaltar que o caráter simbólico e subjetivo que permeia todo discurso jornalístico e que, como consequência de seu alcance e de seu grau de credibilidade construída socialmente, “faz com que o organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (Charaudeau, p. 21 [13]).

A década que se seguiu a esta publicação foi marcada pela crise do sistema de exceção instalado desde 1964 e teve como uma de suas consequências certo afrouxamento da censura. Vejamos uma matéria publicada pelo mesmo jornal, na década de 1980.

2- Com a manchete “FALTA DE VERBAS, O GRANDE PROBLEMA PARA OS PREFEITOS”, o editorial do mesmo jornal que 17 anos atrás elogiava as ações do INCRA e demonstrava otimismo em relação ao sucesso da obra, como vimos no fragmento anterior, se posiciona de forma bastante crítica.

Por pouco Zericé Dias, prefeito de Rurópolis, deixou de fazer o curso de formação de prefeitos, ministrado pelo Instituto Brasileiro de administração Municipal (IBAM). Localizada às margens da rodovia transamazônica, Rurópolis, nessa época do ano, fica quase que ilhada: para alcançar a capital do estado, só por via fluvial ou aérea, pois a

“obra do século” do regime pós-64 – a Transamazônica – fica intransitável devido às chuvas. (O Liberal, 01/02/1989) [16]

O trecho da matéria acima ilustra o processo pelo qual a mídia e, conseqüentemente, seus discursos passavam nos anos finais da década de 1980. Em “obra do século”, observa-se o tom de ironia utilizado para qualificar uma das obras mais importantes do governo ditatorial. O fragmento aqui analisado leva o leitor do jornal a crer no insucesso do projeto que previa a integração territorial brasileira, mas que se configurava (em 1989) como obstáculo ao trânsito de pessoas entre as localidades. A forma pela qual o editorial trata da Rodovia é bastante contrastante em relação aos editoriais da década anterior. De fato, o país já passava pela transição rumo às eleições diretas, período no qual palavras como “liberdade” e “democracia” davam o tom dos anos finais da chamada “década perdida”, no entanto a nova *roupagem* dada a Transamazônica mais uma vez é resultado de um complexo jogo de relações de poder, uma vez que o fim da década de 1980 foi marcado pela construção de uma representação dos governos militares como sinônimo do atraso e da violência. Esta nova representação atendia aos interesses dos novos atores protagonistas da política nacional que para serem representados como o *novo* modo de fazer política precisavam de um *velho* modo de fazer política.

Nesse sentido a Ata da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, de 04 de junho de 1980, na qual se observa o discurso do, então, Deputado Hugo Martins parece ilustrar bem o período de transição. O Deputado aborda a possível construção de uma grande estrada que ligaria o Porto de Suape à praia de Maria Farinha, qualificando-a de “grande e inoportuna” e, para tanto, evocando as faraônicas construções da década anterior. Lê-se: [...] “O povo brasileiro já paga com sofreguidão a Ponte rio Niterói, a **Transamazônica**, as Usinas nucleares, os superportos” [...] (Grifo nosso).⁴ O tom de crítica ao regime militar se mantém:

Fala-se, legisla-se, prende-se, exila-se, sequestra-se e assassina-se em nome de uma abstrata segurança nacional. De tanta ênfase dada nos últimos 16 anos a esta abstração, arriscamo-nos a ter, em lugar de uma Nação, um imenso conjunto de nacionais inseguros.⁵

Ainda sob o regime de exceção, já se notavam os discursos críticos em relação à política nacional. Palavras como “sequestra-se” e “assassina-se” eram fruto do tempo em que se falava. Ao refletirmos sobre a construção semântica das expressões acima concluímos que há intenção em criminalizar os atos cometidos pelo Estado em nome da “abstrata segurança nacional” e que contrasta com a concretude de um “conjunto de nacionais inseguros”. Observa-se ainda que o objeto inicial da fala do Deputado (a construção de rodovia na região metropolitana do Recife) é ofuscado pela luz que se joga nas ações do Estado brasileiro pós 1964.

Neste sentido, não tomamos a memória como estática, menos ainda como uníssona em relação aos demais trabalhadores migrantes, por isso nos valem mais uma vez da observação de Le Goof [7] ao ressaltar a importância do controle da memória por parte dos que dominaram e dominam sociedades, uma vez que “as disputas em torno das memórias que prevalecerão em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, são importantes para se compreender esse mesmo grupo ou a sociedade como um todo” (Alberti *in* Pinsky, p. 167 [18]). A utilização do método da História oral enriquece as análises dos processos históricos, ainda mais aqueles de nossa história recente. Antônio Montenegro assevera: “O que importa na História Oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte da consciência contemporânea” (Montenegro, p. 16 [3]).

Tomemos então parte da memória relatada de Seu Zé Curioso, figura que se tornou conhecida na região de Altamira, no início dos anos 1970, após visita do então presidente da República

⁴ Disponível em: http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/002_09-1-002-1-055.pdf e acessado em: 22/07/2014. [17]

⁵ *Ibidem*.

Emílio Garrastazu Médici. O trabalhador rural, migrante, oriundo do Rio Grande do Norte, recorda os tempos em que se transferiu para a região de uma forma peculiar.

Eles (agentes do governo) botaram no carro e vieram trazer direto aí no João Pezin [...] aaa não faltou nada. [...] aí viemos pra um lugar por nome Pioneira, é oito quilômetros daqui lá né, aí viemos de pés por que nesse tempo não tinha estrada aqui, só tava a terraplanagem, aí nós viemos de pés, de noite, chovendo [...] lá prometeram de arrochar já a casa, já ter uma roça, já no ponto de plantar, aí nada disso eu vi né? Eu achei só a casa, aí a família no outro dia tudo chorando, dormindo na tábuca [...] o rancho (comida) que ele deu pra minha família, acho que era pra o mês, a família era grande né? Eram doze pessoas, aí o rancho acabou na mesma semana.⁶

Podemos observar que na (re)construção da memória de Seu Zé Curioso há uma série de descrições dos primeiros dias após a chegada, os quais contrastam com a primeira afirmação de que “não faltou nada”. Os oito quilômetros percorridos à noite, sob forte chuva, além da falta de alimento e o não cumprimento da promessa de infraestrutura para instalação da família, são descritos por Seu Zé Curioso e entram em choque com a afirmação anterior. Observamos certa oscilação na construção do discurso de seu Zé Curioso que, ora descreve um cenário de penúria, ora descreve satisfação e fartura. Os dispositivos da Análise de Discurso propostos por Orlandi nos leva a identificação de algumas características que vão da omissão (esquecimento) de alguns aspectos ao dispositivo da “antecipação”, que recai sobre a imagem que o entrevistado faz do entrevistador e a imagem que imagina que o entrevistador faz do entrevistado [1]. Desta forma a aparente incoerência pode ser explicada através de uma observação mais minuciosa acerca do conjunto das experiências vividas e do esforço para atender, através do depoimento, a uma possível expectativa.

Aí eu fiquei muito satisfeito vendo o inverno, cheguei aqui em março [...] já tinha era arroz, feijão, já tudo *vageando* [...] já meus filhos disseram: “rapaz, eu não tô gostando e vou procurar profissão” [...] aí fiquei só, aí já tinha uma renda, né? Ave maria, foi bom, não faltou nada pra nós não. No começo você sabe, é uma cozinha desarrumada, [...] vem chegando as autoridades, presidente do INCRA, presidente da República. Eu fui visitado por ele, ele me deu a mão e eu não apertei porque... ele bateu no meu ombro e disse: “Curioso, vocês são uns bravos, vocês vieram pra cá, pruma guerra.” Aí eu, eu digo, é... lhe agradeço, presidente. A tá aqui, ao senhor, porque se o senhor não traz esse pessoal pra cá, isso aqui num ia ser aberto não. Dito e feito. [...] sei que minha casa passou um dia e uma noite o verdão, o exército, segurança, né? [...] o que ele disse que ia fazer, eu tô vendo tudinho.⁷

Zé Curioso expõe sua memória e nos permite algumas interpretações que vão além do falado. O fato de ter sido escolhido por uma comitiva presidencial o colocou em evidência, o que possivelmente pode ter aberto portas para o futuro migrante fixado, como veremos adiante. O orgulho de lembrar a presença e o contato com um presidente se manifesta neste sentido, contudo, a recusa dos filhos em continuar na condição de trabalhadores rurais, “rapaz, eu não tô gostando e vou procurar profissão”, denuncia a condição degradante de trabalho e de vida encontrada pela maior parte dos colonos. Ademais, a categorização do trabalho rural como não sendo uma profissão também demonstra a posição social ocupada por esta classe. O modo como o governo federal procedeu na escolha de alguns colonos para determinadas áreas de ocupação e

⁶ Entrevista realizada em Fevereiro de 2011, na cidade de Brasil Novo-PA [19].

⁷ Idem.

a forma diferenciada de assentá-los também se evidencia quando cruzamos a fala de Zé com dados da pesquisa de Silva [9], também realizada na região da Transamazônica.

Quando perguntado do porquê de não ter apertado a mão do presidente, Zé Curioso diz: “não apertei a mão porque eu queria mais terra pra trabalhar [...] eu queria umas quinhentas hectares”⁸. Talvez esse desejo por quinhentos hectares de terra não seja desmedido. Segundo Maria Ivonete Coutinho da Silva há

Relatos que mostram que o processo de distribuição de terras em Uruará se diferenciava do programa voltado para a exploração familiar, que destinava cem hectares para cada família. Um expressivo número de famílias que integraram o projeto de ocupação da área de Uruará recebeu do Governo glebas de 500 hectares para serem exploradas. Esta outra faceta do projeto de colonização oficial revela os interesses diversos que permearam o projeto de colonização da Transamazônica. Em Uruará se concentrou grande parte dos gaúchos que vieram para Transamazônica [...] (Silva, p. 60 [9]).

De fato, a região localizada entre Medicilândia e Uruará, além de possuir os melhores solos é ocupada, predominantemente, por populações oriundas de outras regiões do Brasil que não o Nordeste. Foi nesta região que o Estado incentivou a criação das primeiras empresas agrícolas, entre elas uma usina de cana de açúcar.

Seu Curioso nos dá mais uma pista acerca da realidade imposta aos colonos que enfrentaram aquela “guerra”, quando relata:

Eu convidei ele (Médici), que duas filhas minhas iam casar, se ele vinha comer um churrasco, né? Aí ele disse: “ô meu filho, num posso, eu tô aqui no dia quatro de outubro e sua filha vai casar no dia dez e em seis dias eu voltar aqui não dá. Mas a lembrança eu mando”. Aí virou pros ministro tudinho e cada um mandou. Panela de pressão, colcha de cama, lençol, tudo dos melhor. Isso aí é as lembrança, dito e feito. Mandou e... eu num sei pros outros, mas pra mim nunca faltou nada, eu ir no INCRA e não arranjar o que ir atrás.

Fica exposto, *sutilmente*, que a sua realidade não era a do conjunto dos colonos. Ao citar os presentes enviados pela comitiva ministerial para o casamento de sua filha e, em seguida afirmar, após uma hesitação “e... eu não sei pros outros, mas pra mim não faltou nada”, seu Zé Curioso denuncia a realidade social enfrentada pela massa de migrantes instalados naquela região. Ou seja, grande parte da população ali instalada não tinha acesso aos agentes de governo responsáveis pela assistência aos colonos.

Sobre o financiamento e a capacidade de pagamento deste, Seu Zé Curioso mantém-se à linha da exceção, quando diz: “paguei, paguei antes, que eu tinha uma terrinha lá, esse alqueire de terra, eu vendi [...] um sitiozinho em Natal”. A trajetória de vida de Seu Zé Curioso nos aponta algumas justificativas para a diferenciação da forma pela qual enxerga o processo histórico estudado. O fato de ter sido pequeno proprietário de terras no Rio Grande do Norte - realidade pouco averiguada nas demais entrevistas -; o fato de ter recebido um lote às margens da Rodovia Transamazônica e não depender de abertura de vicinais para escoamento da sua produção; o fato de ter se tornado uma figura conhecida na região, em virtude da visita do presidente da república - noticiada pela grande mídia regional e nacional - e a atual condição de produtor, cujos ganhos lhe permitem uma vida relativamente confortável.

⁸ Idem.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da História Oral permite que se produzam múltiplas interpretações acerca de nossa História. (Alberti *in* Pinsky, p. 155 [18]). Por sua vez, as entrevistas apresentam a capacidade de “contradizer generalizações sobre o passado” (Idem, p. 166 [18]), assim, abrir espaço na historiografia para que os trabalhadores possam contribuir com suas versões enriquece a História do país e preenche lacunas deixadas pela História oficial. Com relação à mudança de vida dos trabalhadores deslocados da região Nordeste para o Norte do país, a partir dos discursos aqui analisados, pudemos apreender, de forma geral, que apesar do alto investimento de dinheiro e de vidas empregadas no projeto Transamazônica, o processo histórico vivenciado sob a ótica dos migrantes se caracterizou pela necessária superação, por parte destes, dos obstáculos impostos à sobrevivência naquela região.

Apesar de apresentarem opiniões diferentes sobre o mesmo processo histórico, foi ponto comum dos entrevistados a descrição, mesmo que por vezes colocadas em segundo plano, das dificuldades e da precária assistência do Estado brasileiro. i) dificuldade de deslocamento na região; ii) não cumprimento de promessas feitas por agentes do Estado; iii) a saída do lote recebido em busca de condições melhores. Estes são pontos que se encontram nas curvas que a memória impõe.

Neste caso, ressalta-se o fato de que este povo se deslocou de sua terra natal para terras alardeadas como lugar da “redenção do povo nordestino”, mas que apresentou como obstáculos condições climáticas completamente diferentes das conhecidas, isolamento social, infraestrutura precária, além de doenças desconhecidas e dificuldades na adaptação à região, fatores que somados à pouca assistência estatal contribuíram para a reduzida fixação dos “colonos” nos lotes, gerando grande mobilidade populacional dentro do território amazônico, além da pouca mobilidade social dos sujeitos envolvidos na condição de “colonos”.

Se, por um lado, os documentos orais produzidos a partir de entrevistas comprometem a espontaneidade da memória, por outro, se apresentam como riquíssima possibilidade de apreensão de como se projetam passado, presente e futuro, uma vez que

é também um método, um meio para a produção do conhecimento, potencializando uma rica visão temporal: sobre o passado vivido, sobre o presente no qual o depoimento está sendo colhido e sobre o futuro, uma vez que o registro de experiências é, na maior parte das vezes, realizado com desejo de transmissão e perenização de experiências (Delgado, p. 70 [2]).

Assim, este trabalho não se esgota em si, nem mesmo as interpretações acerca das entrevistas são dadas como acabadas, ao contrário, aponta para a necessidade de uma ampliação dos estudos que levem em consideração a atuação do sujeito histórico que participa, formula e reformula suas memórias.

Grandes projetos como a Transamazônica e outros, tais como Grande Carajás, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) que prometeram, em tempos diferentes, solucionar problemas como a questão fundiária e a integração socioeconômica da região amazônica foram concebidos sem o devido diálogo com os sujeitos históricos inseridos neste bojo, portanto não visaram ou visam atender as demandas do povo, mas do capital. Neste sentido este trabalho visa contribuir para as discussões acerca das demandas sociais que brasileiros e brasileiras pleitearam ao longo de nossa história recente.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

1. Orlandi EP. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas. Pontes; 1999.
2. Delgado LAN. *História Oral e Narrativa: Tempo, Memória e Identidades*. São Paulo. Autêntica; 2006.
3. Montenegro AT. *História Oral e Memória: A Cultura popular revisitada*. São Paulo. Editora Contexto; 2007.

4. Montenegro AT. História, Metodologia, Memória. São Paulo. Editora Contexto; 2010.
5. Brasil, República federativa do. Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 [online]. [Capturado 22 jul. 2014] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11106.htm
6. Braga MMM. BR 230, Nordestinos na Rota Transamazônica: A Trajetória dos Migrantes no Estado do Pará (1970-1974). Recife. Dissertação [Mestrado em História] - Universidade Federal de Pernambuco; 2012.
7. Le Goff. História e Memória. Campinas. Ed. UNICAMP, 2005.
8. Brandão CR. Dizer a palavra. In: __ O que é educação popular. São Paulo. Brasiliense; 2006.
9. Silva MIC. Mulheres Migrantes na Transamazônica: Construção da ocupação de fazer política. Belém . Tese [Doutorado em Ciências sociais] Universidade Federal do Pará; 2008.
10. Chartier R. À Beira da Falésia: a História entre incertezas e inquietude. Porto Alegre. Ed. Universidade/ UFRGS; 2002.
11. Adelson: Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Altamira-PA.
12. Entrevista: D. Pedro Casaldáliga. Jornal do Magistrado. Brasília, 2003, outubro/ novembro de 2003. P 18.
13. Charaudeau P. Discurso das Mídias. São Paulo. Ed. Contexto; 2013.
14. Menezes FD. Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. Brasília. Dissertação [mestrado em História] Universidade de Brasília; 2007.
15. Transamazônica até 1972. O Liberal. Belém, 1971, agosto 3.
16. Falta de verbas, o grande problema para os prefeitos, O Liberal. Belém, 1989, fevereiro 1.
17. Pernambuco. Ata da Assembleia Legislativa de 04/06/1980 [online] [capturado 22. Jul. 2014] Disponível em http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/anais/pdf/002_09-1-002-1-055.pdf
18. Pinsky CB (org). Fontes históricas. São Paulo Editora Contexto; 2010.
19. Zé Curioso: Entrevista realizada em fevereiro de 2011 na cidade de Brasil Novo-PA.